

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Apresentação: Submetemos à apreciação de V.S.as, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício o Banco apresentou um lucro de R\$ 466.594 mil, correspondente a R\$ 82.509,99 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 618.779 mil. Em 31 de dezembro de 2020 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 981.778,60, um aumento de 8,90% em relação ao exercício anterior. O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19 e seus desdobramentos econômicos e sociais. Apesar do cenário imposto pela pandemia, o JP Morgan manteve suas atividades sem impactos financeiros significativos. **Índice de Resiliência:** O Banco adota a apuração dos

limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,45%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 5.833,266 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 3.019,575 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em relatório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, ao

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pelas Circulares nº 3.678 e 3.930, no âmbito da Resolução nº 4.557, também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por três membros, todos eles diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 23 de março de 2021.

São Paulo, 23 de março de 2021

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)			
	Nota	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Ativo			
Circulante		84.726.749	43.124.680
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.152.405	31.250.542
Disponibilidades		17.383	20.749
Aplicações interfinanceiras de liquidez		58.135.022	31.229.793
Instrumentos financeiros		25.793.496	11.490.346
Títulos e valores mobiliários	6	18.074.508	6.102.849
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.814.523	618.927
Operações de crédito	8	1.333.816	731.998
Carteira de câmbio	9	4.570.649	4.036.572
Provisões para perdas esperadas		(9.321)	(5.437)
Operações de crédito		(3.464)	(1.159)
Outros créditos		(5.857)	(4.278)
Ativos fiscais correntes		1.696	11.237
Outros ativos		788.473	377.992
Não Circulante		8.075.090	5.470.438
Realizável a longo prazo		6.438.761	4.045.387
Instrumentos financeiros		5.104.318	2.836.084
Títulos e valores mobiliários	6	-	759.582
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.577.316	1.465.207
Operações de crédito	8	1.051.350	611.295
Carteira de câmbio	9	475.652	-
Provisões para perdas esperadas		(158.916)	(12.997)
Operações de crédito		(147.199)	(3.232)
Outros créditos		(11.717)	(9.765)
Ativos fiscais correntes		8.653	5.880
Ativos fiscais diferidos		758.915	462.838
Outros ativos		725.791	713.582
Investimentos		1.518.584	1.341.839
Participações em controladas no país	12	1.514.001	1.338.610
Outros investimentos		4.953	3.599
(-) Provisão para perdas		(370)	(370)
Imobilizado		115.245	117.485
Imóveis e outras imobilizações de uso	13	212.821	209.627
(-) Depreciações acumuladas		(97.576)	(92.142)
Intangível		2.500	5.727
Outros ativos intangíveis	14	2.500	25.092
(-) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis		-	(19.365)
Total do ativo		92.801.839	48.595.118
Passivo			
Circulante		74.066.022	34.845.628
Depósitos e demais instrumentos financeiros		72.719.734	34.028.715
Depósitos	15a	9.780.008	4.417.674
Captações no mercado aberto	15b	8.382.183	10.733.368
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.967.502	859.136
Obrigações por empréstimos no exterior	16	48.011.214	15.328.827
Carteira de câmbio	9	3.578.827	2.689.710
Obrigações fiscais correntes		230.630	174.370
Outros passivos		1.115.658	642.543
Não Circulante		13.181.957	8.649.703
Depósitos e demais instrumentos financeiros		12.179.463	7.788.761
Depósitos	15a	4.549.262	3.886.471
Captações no mercado aberto	15b	225.044	361.764
Instrumentos financeiros derivativos	7	7.405.157	3.540.526
Obrigações fiscais diferidas		240.287	124.797
Provisões para passivos contingentes e obrigações legais		17	559.003
Outros passivos		203.204	185.829
Resultados de exercícios futuros		1.902	1.741
Patrimônio líquido		18	5.551.958
Capital social		2.810.981	2.683.481
Aumento de capital		63.750	127.500
Reservas de capital		47.996	46.642
Reservas de lucros		2.636.907	2.245.313
Outros resultados abrangentes		(2.736)	50
Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Total do passivo e patrimônio líquido		92.801.839	48.595.118

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)										
Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
			Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes			
Em 31 de dezembro de 2018	2.453.981	229.500	229.500	24.939	17.638	211.466	1.565.068	(7.325)	(4.940)	4.490.327
Aumento de capital	-	(102.000)	-	-	-	-	-	-	-	127.500
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	3.007	-	-	-	-	3.007
Juros sobre capital próprio (R\$ 26.497,09 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.058	-	-	7.375	-	618.779
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	618.779	-	618.779
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	1.058	-	-	7.375	-	8.433
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	18	-	-	-	-	30.939	-	(30.939)	-	-
Reserva estatutária	18	-	-	-	-	-	437.840	(437.840)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	2.683.481	127.500	127.500	24.939	21.703	242.405	2.002.908	50	(4.940)	5.098.046
Aumento de capital	-	(63.750)	-	-	-	-	-	-	-	63.750
Juros sobre capital próprio (R\$ 13.248,54 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.354	-	-	(2.786)	-	466.594
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	466.594	-	466.594
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	1.354	-	-	(2.786)	-	(1.432)
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	18	-	-	-	-	23.330	-	(23.330)	-	-
Reserva estatutária	18	-	-	-	-	-	368.264	(368.264)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	2.810.981	63.750	63.750	24.939	23.057	265.735	2.371.172	(2.736)	(4.940)	5.551.958
Aumento de capital	-	(63.750)	-	-	-	-	-	-	-	63.750
Juros sobre capital próprio (R\$ 13.248,54 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	5.514	-	396.703
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	396.703	-	396.703
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	5.514	-	5.514
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	18	-	-	-	-	19.835	-	(19.835)	-	-
Reserva estatutária	18	-	-	-	-	-	368.264	(368.264)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	2.810.981	63.750	63.750	24.939	23.057	265.735	2.371.172	(2.736)	(4.940)	5.551.958

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
1. Contexto operacional:	O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição") é a instituição líder do Conglomerado Prudencial (Conglomerado JP Morgan) perante o Banco Central do Brasil (BACEN), constituída na forma de sociedade por ações e localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. O JP Morgan está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. O Banco, controlado indiretamente pelo JP Morgan Chase Bank, National Association, tem suas operações e de suas empresas controladas conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2021.									
2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:	As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021, sendo aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Com a finalidade de apresentar as demonstrações contábeis em bases comparáveis, foram reclassificadas as contas patrimoniais e de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme a seguinte tabela:									
Balanco Patrimonial	Nomenclatura anterior	Nomenclatura atual	Dezembro 2019							
Depósitos no Banco Central	Outros ativos		4.372							
Rendas a receber	Outros ativos		101.917							
Negociação e intermediação de valores	Outros ativos		153.581							
Despesas antecipadas	Outros ativos		2.571							
Diversos	Outros ativos		829.133							
	Ativos fiscais correntes		17.117							
	Ativos fiscais diferidos		462.838							
Imóveis de uso	Imóveis e outras imobilizações de uso		99.352							
Outras imobilizações de uso			110.275							
Recursos em trânsito de terceiros	Outros passivos		74.885							
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	Outros passivos		12.210							
Sociais e estatutárias	Outros passivos		21.487							
	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais		444.535							
	Obrigações fiscais correntes		174.370							
	Obrigações fiscais diferidas		124.797							
Negociação e intermediação de valores	Outros passivos		294.326							
Diversas	Outros passivos		425.464							
	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais		105.781							
Demonstração do resultado	Nomenclatura anterior	Nomenclatura atual	Dezembro 2019							
Despesas de pessoal	Despesas de pessoal		(641.728)							
	Despesas com diretoria		(77.105)							
Outras receitas operacionais	Outros resultados operacionais		21.033							
Outras despesas operacionais	(Despesas) / reversões de provisões para contingências		(12.722)							

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, e na categoria "Títulos disponíveis para venda", relativa a títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, swaps, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). • Opções: modelo de precificação Black & Scholes e modelos internos, quando o modelo Black & Scholes não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, e a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e 4.512 do CMN.

(d) Investimentos, imobilizado e ativo intangível - São demonstrados ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual e é realizada no segundo semestre. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, no segundo semestre, para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). São realizados testes na linha de "Outros ativos intangíveis", seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Julho/Dezembro 2020	Janeiro/Dezembro 2020	Janeiro/Dezembro 2019
Receitas da intermediação financeira		(897.599)	7.103.146	2.520.175
Operações de crédito		43.434	104.585	86.885
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.036.243	2.160.056	2.377.133
Resultado de operações de câmbio				

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Risco de mercado - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadores de risco) e a área de risco de mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

(b) Risco operacional - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou de sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto que as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

(d) Risco de crédito - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) Gerenciamento de capital - É definido em atendimento à Resolução nº 4.557 do CMN como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes e limites regulatórios, e permitindo prospectivamente ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. Tais objetivos estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital, que também define a governança a ser seguida no gerenciamento e os procedimentos a serem realizados no monitoramento e elaboração dos relatórios regulatórios relacionados ao gerenciamento de capital. A Diretoria aprova a Política de Gerenciamento de Capital, o Plano de Contingência, o Plano de Capital e o parâmetro de Apetite a Risco pelo menos uma vez ao ano. O processo de gestão de capital é revisado pela Auditoria Interna periodicamente. O Conglomerado está classificado como Segmento 3 conforme Resolução nº 4.553 do CMN e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os números:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	5.833.266	5.433.264
Risco de crédito	14.464.562	11.095.870
Risco de mercado	19.891.842	14.018.135
Risco operacional	3.388.281	2.977.509
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	37.744.685	28.091.514
Índice de Basileia (IB)	15,45%	19,34%
PR mínimo exigido para RWA	3.019.575	2.247.321
Adicional de capital principal	471.808	702.288
Risco da carteira <i>banking</i>	587.242	52.345
Total de capital requerido	4.078.625	3.001.954
Margem sobre o capital requerido	1.754.641	2.431.310

As principais alterações regulatórias incorridas no período foram: (i) alteração no Adicional de Capital Principal de Conservação de 2,5% para 1,25% em função da COVID-19; (ii) alteração na metodologia de cálculo da exposição cambial (RWAcam) que compõe o risco de mercado e (iii) alteração na metodologia de cálculo do risco da carteira *banking* da RBAN para o IRRBB. Para outras informações consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pilar III) no site <https://www.jp.morgan.com.br/pt/disclosures>.

(f) Análise de Sensibilidade - De acordo com a Resolução nº 2 do BACEN apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado. A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta Administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*). O gerenciamento, monitoramento e controle de risco de mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR): É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

- Valor de mercado;
- *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0.01%) nas taxas de juros;
- Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;
- Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;
- Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;
- Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juros.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*) Estrutura de Limites - Os limites são estabelecidos pela área de riscos de mercado e pelos diretores das unidades de negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, "Stop-Loss" e de sensibilidade (limites não estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e preestabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil ("BRC") e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

Fator de risco	Dezembro de 2020	VaR Dezembro de 2019
Moeda estrangeira & taxa de juros	30.583	12.080
Renda variável	10.565	2.340
Efeito diversificação	(10.705)	(1.708)
Total	30.443	12.712

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Juros Pré	(441)	(107)
Inflação	(332)	(354)
USD	(46)	(222)
USD - On	(186)	(209)
Outros	(247)	(161)
USD	(183.271)	(134.523)
JPY	(10.456)	(10.216)
EUR	(87.556)	(34.975)
GBP	(1.107)	(187.764)
Outras	(2.745)	(19.617)
Ações	Delta (259.676)	(217.263)

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
<i>Bond Sell Off</i>	(83.067)	332.635
<i>Cmty Sell Off</i>	(57.159)	98.820
<i>Credit Crisis</i>	13.181	69.516
<i>Basis</i>	4.096	(51.456)
<i>EM Sell Off</i>	(213.532)	277.649
<i>Equity Collapse</i>	77.070	(63.234)
<i>EURO Zone</i>	(96.564)	62.194
<i>Gen. Recovery</i>	104.880	(641)
<i>Inflation</i>	(264.987)	(21.833)
<i>Oil Crisis</i>	(72.147)	221.406
<i>USD Crisis</i>	(167.996)	(162.495)

Cenários:

- *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista ("hawkish").
- *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*.
- *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- *Basis* é representado pela expectativa de que um ou mais *dealer* precise sair de suas posições mais líquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais.
- *Emerging Markets Sell Off* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- *General Recovery*: Neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- *Inflation* é similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- *Oil Crisis* é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio.
- *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.

5. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	17.383	20.749
Aplicações em operações compromissadas	55.537.475	21.094.745
Posição bancada	47.397.245	30.394.269
Posição financiada	6.908.632	10.538.320
Posição vendida	1.231.598	162.156
Aplicações em moeda estrangeira	2.597.547	135.048
Total	58.152.405	31.250.542

6. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em dezembro de 2020	Valor de mercado em dezembro de 2019
Títulos para negociação	16.435.103	94.337	16.529.440	6.102.849
Carteira própria	7.034.951	56.568	7.091.519	3.885.565
LFT	14.187	(200)	13.987	110.235
LTN	1.870.348	2.863	1.873.211	1.026.252
NTN-B	417.804	10.644	428.448	99.492
NTN-F	1.977.630	42.417	2.020.047	24.211
Cotas de fundo de investimentos	2.736.014	-	2.736.014	2.611.604
Ações	18.968	84	19.812	13.771
Vinculados à prestação de garantias	9.400.152	37.769	9.437.921	2.217.284
LFT	520.066	(393)	519.673	458.007
LTN	7.804.493	4.788	7.809.281	343.041
NTN-B	1.041.279	28.588	1.069.867	738.047
NTN-C	101	4.786	4.887	4.224
NTN-F	-	-	-	640.499
Cotas de fundo de investimentos	34.213	-	34.213	33.466
Títulos disponíveis para venda	1.550.043	(4.975)	1.545.068	759.582
Carteira própria	1.550.043	(4.975)	1.545.068	759.582
Debêntures	753.543	(5.625)	747.918	759.582
LTN	796.500	650	797.150	-
Total da carteira de TVM	17.985.146	89.362	18.074.508	6.862.431

(b) Cotas de fundo de investimentos - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/ (Passivo) Dezembro de 2020	Ativo/Passivo Dezembro de 2019
Fundo de investimento - exclusivo	2.736.014	2.611.604
Títulos e valores mobiliários e operações compromissadas	3.130.203	2.774.708
. Ações	263.509	304.065
. LTN	7.331.281	-
. NTN-B	2.362.578	2.597.068
. NTN-F	461.327	-
. Credores por empréstimos de ações	(7.288.668)	(174.129)
. Diretores por empréstimos de ações	176	47.704
Mercado futuro	(30.041)	227
. Futuro - DI	(1.880)	581
. Futuro - DOL	(12)	-
. Futuro - Win	752	(2.566)
. Futuro - Índice de ações	(29.100)	4.639
. Futuro - ISP	199	(2.427)
Outros derivativos	(86.376)	(99.755)
. Outros derivativos	(86.376)	(99.755)
Opções	(188.333)	(67.192)
. Ações	(140.424)	1.219
. Ibovespa	(40.070)	(10.259)
. Flexíveis	(7.839)	(58.152)
Diversos	(89.539)	3.598
. Valores a pagar/ receber	(89.539)	3.598
Disponibilidades	100	18
Outros fundos	34.213	33.466
Total cotas de fundos de investimento	2.770.227	2.645.070

(c) Composição por prazos de vencimento dos papéis – TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	2.755.826	445.844	3.236.397	916.553	1.281.967	8.636.587
Vinculados à prestação de garantias	34.213	7.635.257	133.041	510.490	1.124.920	9.437.921
Total da carteira – 2020	2.790.039	8.081.101	3.369.438	1.427.043	2.406.887	18.074.508
Total da carteira – 2019	2.658.841	84.317	953.347	1.845.264	1.320.662	6.862.431

7. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Dezembro de 2020	Valor nominal Dezembro de 2019
Operações de swap	1.981.650	7.215.304	60.899.149	40.117.297
Taxa de juros	228.233	151.735	16.667.557	12.166.526
Moeda	582.679	2.141.645	8.997.118	6.518.270
Outros	1.203.236	4.905.230	35.234.474	21.432.501
Ajustes prudenciais ¹	(32.498)	16.694	-	-
Operações com opções	1.924.709	1.851.203	25.777.248	19.875.219
Compra de opção:	1.924.709	-	12.801.291	10.426.234
Compra de dólar	1.623.335	-	8.081.331	7.208.562
Compra de índice de ação	37.629	-	342.461	273.748
Compra de ação	4.798	-	98.529	151.398
Compra de <i>commodities</i>	51.353	-	185.795	398.863
Venda de dólar	208.497	-	3.835.917	1.858.651
Venda de índice de ação	2	-	6.200	-
Venda de ação	1	-	5	-
Venda de <i>commodities</i>	1.019	-	251.053	535.012
Ajustes prudenciais ¹	(1.925)	-	-	-
Venda de opção:	-	1.851.203	12.975.957	9.448.985
Compra de dólar	-	1.542.210	8.339.306	5.380.552
Compra de índice de ação	-	42.160	336.376	273.748
Compra de ação	-	6.017	98.533	151.620
Compra de <i>commodities</i>	-	51.350	185.795	398.863
Venda de dólar	-	208.276	3.758.684	2.699.227
Venda de índice de ação	-	-	6.200	9.800
Venda de ação	-	3	10	163
Venda de <i>commodities</i>	-	1.019	251.053	535.012
Ajustes prudenciais ¹	-	168	-	-
Operações com futuros	86.330	250.621	171.327.298	59.784.324
Posição comprada	26.625	223.316	89.514.119	39.662.429
Cupom cambial – DDI	-	214.712	68.557.513	14.729.414
DI de 1 dia	2.441	4	8.318.768	12.539.857
Moedas	-	7.960	2.703.803	5.362.929
Cupom IPCA	24.184	640	9.934.035	7.030.229
Posição vendida	59.705	27.305	81.813.179	20.121.895
Cupom cambial – DDI	40.218	18.511	49.724.290	3.371.044
DI de 1 dia	586	8.731	31.876.262	16.582.739
Moedas	18.901	63	212.627	37.911
Cupom IPCA	-	-	-	130.201

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Concentração de crédito

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Principal devedor.....	448.342	934.881
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	12%	34%
Dez maiores devedores.....	2.461.717	2.119.342
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	63%	77%

(b) Composição por segmento e setor econômico

	Dezembro de 2020					
	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física	Total
Pessoa jurídica						
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	464.498	698.442	665.479	-	-	1.828.689
Importação e exportação.....	-	1.694.241	-	-	-	1.694.241
Outros.....	-	-	-	2.742	-	2.742
Pessoa física – outros.....						
	-	-	-	354.542	-	354.542
Total.....	464.498	2.392.683	665.479	2.742	354.542	3.880.214

	Dezembro de 2019					
	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física	Total
Pessoa jurídica						
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	116.213	496.908	238.121	-	-	851.242
Importação e exportação.....	100.719	1.412.424	-	-	-	1.513.143
Outros.....	-	-	361.545	3.013	-	364.558
Pessoa física – outros.....						
	-	-	-	-	7.192	7.192
Total.....	216.932	1.909.332	599.666	3.013	7.192	2.736.135

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

	Dezembro de 2020			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Pessoa jurídica				
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	666.932	566.563	594.924	1.828.419
Importação e exportação.....	875.293	124.740	694.208	1.694.241
Outros.....	2.742	-	-	2.742
Pessoa física – outros.....				
	-	37.402	317.140	354.542
Total.....	1.544.967	728.705	1.606.272	3.879.944

	Dezembro de 2019			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Pessoa jurídica				
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	553.059	159.635	138.548	851.242
Importação e exportação.....	1.307.435	96.512	109.196	1.513.143
Outros.....	3.013	-	361.545	364.558
Pessoa física – outros.....				
	5.186	-	2.006	7.192
Total.....	1.868.693	256.147	611.295	2.736.135

(d) Composição por nível de risco

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
Nível de risco				
AA.....	2.340.436	3.179	2.273.662	4.175
A.....	694.963	4.227	401.885	3.721
B.....	552.999	7.765	60.588	773
C.....	69.028	2.304	-	-
F.....	222.518	140.997	-	-
Total.....	3.879.944	158.472	2.736.135	8.669

(e) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de provisão	Saldo final dezembro de 2020
Operações de crédito e outros créditos.....	8.669	149.803	158.472
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito ..	9.765	-	9.765
Total.....	18.434	149.803	168.237

	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de provisão	Saldo final dezembro de 2019
Operações de crédito e outros créditos.....	4.129	4.540	8.669
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito ..	9.765	-	9.765
Total.....	13.894	4.540	18.434

Em 2020 foi revertida provisão referente a garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 3.850 (dezembro de 2019 – constituição de R\$ 3.971). O saldo das provisões sobre garantias financeiras prestadas totaliza R\$ 254 (dezembro de 2019 - R\$ 4.104). Em 2020 houve recuperação de crédito no valor de R\$ 22.527. Não houve recuperação de créditos em 2019.

9. Carteira de câmbio: No ativo, está representada, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 2.020.273 (dezembro de 2019 - R\$ 2.232.527), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 3.003.200 (dezembro de 2019 - R\$ 1.805.700) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional no valor de R\$ 4.801 (dezembro de 2019 - R\$ 10.781). No passivo, está representada por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 3.002.047 (dezembro de 2019 - R\$ 1.806.029) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 2.043.667 (dezembro de 2019 - R\$ 2.267.397) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio, sem rendas, no valor de R\$ 1.466.887 (dezembro de 2019 - R\$ 1.383.716).

10. Outros ativos e outros passivos

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Ativos		
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	270.636	153.581
Depósitos judiciais – obrigações fiscais e previdenciárias.....	681.980	665.400
Depósitos judiciais – ações cíveis.....	21.580	21.581
Depósitos judiciais – processos trabalhistas.....	12.466	10.955
Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito.....	9.765	9.765
Devedores diversos exterior.....	452.632	109.290
Outros.....	65.205	121.002
Total.....	1.514.264	1.091.574
Passivos		
Negociação e intermediação de valores ⁽²⁾	538.232	294.326
Despesas com pessoal.....	493.486	408.140
Provisões para despesas administrativas.....	21.978	18.156
Credeiros diversos - exterior.....	112.156	-
Ordens de pagamento em moeda estrangeira.....	117.982	74.801
Outros.....	35.028	32.949
Total.....	1.318.862	828.372

⁽¹⁾ Referem-se a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 182.932 (dezembro de 2019 - R\$ 102.768) e operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 87.704 (dezembro de 2019 - R\$ 50.813).

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 78.335 (2019 - R\$ 36.450), operações com ativos financeiros a liquidar no valor de R\$ 362.084 (2019 - R\$ 230.258) e credores por empréstimos de ações no valor de R\$ 94.404 (2019 - R\$ 26.067).

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Ativos e obrigações fiscais correntes

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar/ recuperar.....	10.349	17.117
Total.....	10.349	17.117
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher.....	37.480	44.272
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro.....	193.150	130.098
Total.....	230.630	174.370

(b) Ativos e obrigações fiscais diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Diferenças temporárias.....	758.312	423.841
Contingências.....	49.606	47.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	78.707	11.583
Provisão para honorários advocatícios.....	8.673	7.262
Provisão para participação nos lucros.....	108.892	75.085
Marcação a mercado – TVM e derivativos.....	424.751	218.957
Unidades de ações restritas – RSU.....	84.836	59.565
Outros.....	2.847	3.987
Prejuízos fiscais e bases negativas.....	603	38.997
Total de créditos tributários – ativo.....	758.915	462.838
Obrigações fiscais diferidas – passivo.....	(240.287)	(124.797)

Foi constituído crédito tributário de R\$ 428.150 (dezembro de 2019 - R\$ 295.666) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 93.679 (dezembro de 2019 - R\$ 127.462) sobre diferenças temporárias e R\$ 38.394 (dezembro de 2019 - R\$ 73.379) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. No ano de 2019 foi constituído crédito tributário no valor de R\$ 24.375 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Em 2020 para IR diferido passivo foi constituído o valor de R\$ 115.490 (dezembro de 2019 - R\$ 124.797). A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 758.915 (dezembro de 2019 - R\$ 462.838) é estimada em 16% no 1º ano, 24% no 2º ano, 19% no 3º ano, 9% no 4º ano, 12% no 5º ano, 3% no 6º ano, 4% no 7º ano, 8% no 8º ano, 3% no 9º e 10º ano. Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 622.754 (dezembro de 2019 - R\$ 376.236).

(c) Resultado de IRPJ e CSLL

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros.....	651.019	803.843
Juros sobre capital próprio.....	(75.000)	(150.000)
Resultado ajustado.....	576.019	653.843
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(259.208)	(261.537)
Resultado de participação em controladas.....	78.926	92.955
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	2.074	(18.914)
Efeito CSLL (5%).....	15.936	31.451
Efeito juros sobre capital próprio recebidos.....	-	(26.000)
Outros.....	(22.153)	(3.019)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	74.783	76.473
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício.....	(184.425)	(185.064)

12. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total dezembro de 2020	Total dezembro de 2019
Participação no capital integralizado - %.....	100%	100%	-	-
Patrimônio líquido.....	448.887	1.065.114	1.514.001	1.338.610
Lucro líquido do período.....	41.929	133.462	175.391	232.387
Resultado de participações em controladas.....	41.929	133.462	175.391	232.387
Valor contábil do investimento.....	448.887	1.065.114	1.514.001	1.338.610

13. Imobilizado: O imobilizado de uso esta representado, principalmente, por edificações, no valor de R\$ 44.906 (dezembro de 2019 - R\$ 44.149) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (dezembro de 2019 - R\$ 46.203), bem como por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 78.326 (dezembro de 2019 - R\$ 82.122), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 41.761 (dezembro de 2019 - R\$ 35.111).

14. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (dezembro de 2019 - R\$ 2.500). Em 2019, o Banco possuía ativo intangível por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227. Durante o exercício de 2020, tal intangível foi baixado, considerando que não há mais expectativa gerar fluxos de caixa líquidos positivos para o Banco.

15. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total dezembro de 2020	Total dezembro de 2019
Depósitos à vista.....	241.363	-	-	-	241.363	341.885
Depósitos interfinanceiros.....	2.407.895	-	20.587	150.539	2.579.021	2.394.556
Depósitos a prazo.....	1.728.635	5.402.115	1.057.536	3.320.600	11.508.886	5.567.704
Total.....	4.377.893	5.402.115	1.078.123	3.471.139	14.329.270	8.304.145

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 1 ano	Total dezembro de 2020	Total dezembro de 2019
Operações compromissadas - carteira de terceiros.....	6.908.632	-	-	-	6.908.632	10.538.320
Operações compromissadas - carteira livre movimentação.....	1.296.170	-	-	-	1.296.170	162.209
Captações COE.....	60.170	117.211	225.044	-	402.425	394.603
Total.....	8.264.972	117.211	225.044	-	8.607.227	11.095.132

16. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior no montante de R\$ 48.011.214 (dezembro de 2019 - R\$ 15.328.827) com vencimentos em janeiro de 2021 e abril de 2021 (dezembro de 2019, as operações possuíam vencimentos entre janeiro e junho de 2020). As taxas de juros para as captações em dólar variam de 0,07% até 0,81% ao ano (dezembro de 2019 - 1,33% até 2,45%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2020, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possuía operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial líquido seria um aumento de R\$ 92.323 (dezembro de 2019 - aumento de R\$ 27.266).

17. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais.....	448.987	444.534
Cíveis.....	73.699	71.467
Trabalhistas.....	36.317	34.315
Total.....	559.003	550.316

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total em dezembro de 2020	Total em dezembro de 2019
Saldo inicial.....	71.467	34.315	444.534	550.316	550.316	543.250
Despesas financeiras – juros.....	2.232	2.128	5.513	9.873	15.884	15.884
Constituições.....	-	4.624	-	4.624	3.685	3.685
Reversões.....	-	(555)	(807)	(1.362)	(6.847)	(6.847)
Pagamentos.....	-	(4.195)	(253)	(4.448)	(5.646)	(5.646)
Saldo final.....	73.699	36.317	448.987	559.003	559.003	550.316

III. Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolv

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no período com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Salários e encargos.....	21.467	24.957
Participação nos lucros e gratificações.....	38.840	59.572
Encargos sobre gratificações.....	13.586	26.826
Planos de aposentadoria e pensão.....	832	1.081
Outros benefícios.....	1.577	1.663

20. Benefícios

(a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. No período, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 16.731 (2019 – R\$ 17.636) para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Ações em circulação em 01/01/2020	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	282.139	28.181
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	89.467	12.269
Transferência/saída de funcionários.....	(135.995)	(13.228)
Ações em circulação em 31/12/2020	(34.388)	(4.099)
	201.223	23.123

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Ações em circulação em 01/01/2020	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>).....	373.971	31.377
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>).....	135.096	13.640
Transferência/saída de funcionários.....	(207.401)	(14.790)
Ações em circulação em 31/12/2019	(19.527)	(2.046)
	282.139	28.181

Em 2020 não foi registrado aumento patrimonial em função da existência do acordo com a matriz (Nota 3 (i)). Em 2019 foi registrado um aumento patrimonial no valor R\$ 3.007 em decorrência de tal acordo. O valor do passivo em 31 de dezembro de 2020, incluindo encargos sociais, é de R\$ 194.986 (dezembro de 2019 – R\$ 176.559). Em virtude desse programa a despesa registrada no período é de R\$ 68.078 (dezembro de 2019 – R\$ 114.944), incluindo os encargos sociais.

21. Outras informações

(a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 16.776.564 (dezembro de 2019 – R\$ 21.761.231).
(b) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 1.697.717 (dezembro de 2019 – R\$ 2.346.448). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 254 (dezembro de 2019 – R\$ 4.104).

(c) "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, à administração de fundos de R\$ 93.175 (2019 – R\$ 83.984), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 201.338 (2019 – R\$ 204.258), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 16.109 (2019 – R\$ 26.670) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 290.696 (2019 – R\$ 293.970).

(d) "Outras despesas administrativas" referem-se às contas apresentadas no quadro abaixo:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas de serviços com o sistema financeiro.....	78.562	68.181
Despesas com serviços de terceiros.....	39.993	32.605
Despesas com viagens.....	5.828	17.894
Despesas com sistemas e tecnologias.....	16.483	14.481
Despesas com manutenção e conservação.....	7.216	6.503
Despesas de comunicação.....	13.810	10.754
Despesas com aluguel.....	13.036	11.787
Despesas de depreciação e amortização.....	17.444	16.676
Despesas diversas.....	26.891	29.189
Total	219.263	208.070

(e) "(Despesas) e reversões de provisões" referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, no valor de R\$ 13.135 (dezembro de 2019 – R\$ 12.722).

(f) Composição de "Outros resultados operacionais":

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Outros resultados operacionais.....	11.255	21.033
Reversão de provisões operacionais.....	278	149
Atualização de depósitos judiciais.....	11.239	24.967
Outros.....	(262)	(4.083)

(g) As "Participações no lucro" referem-se ao provisionamento das participações dos funcionários nos resultados do Banco.

(h) Lucro por ação - Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que o Banco não teve movimentação de ações em tesouraria nos períodos compreendidos por esta demonstração financeira, e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

Segue o cálculo do Lucro por ação:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro líquido do período.....	466.594	618.779
Média ponderada das ações emitidas (básico e diluído).....		
Ações ordinárias.....	5.470	5.470
Ações preferenciais.....	185	185
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)		
Ações ordinárias.....	82.509,99	109.421,57
Ações preferenciais.....	82.509,99	109.421,57

(i) Durante o exercício de 2020, o Banco registrou R\$ 22.527 de resultados não recorrentes, relacionados a recuperação de crédito. Em 2019, não houve registro de resultados não recorrentes.

A definição dos saldos de resultado não recorrente seguem os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(j) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
Azarias de Castro Feitosa Junior Daniel Costa Barreto Daniel Darahem de Souza Coelho Daniel de Moraes e Silva Granja Decio Ramos Porchat de Assis Fabio Jorge Resegue	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado Jorge Constantino Bernardes dos Santos Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Proffili Luiz Fernando Tanus Gambale Marcelo Silveira Barbosa Monica de Deus Leopoldino	Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior Pedro Clark Juliano Renata Fracaroli Vilanova Lobo Roberto Jorge Cozzari

DIRETOR-PRESIDENTE
Daniel Darahem de Souza Coelho
DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
CONTADORA
Lucila Parize Moraes Stolf Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

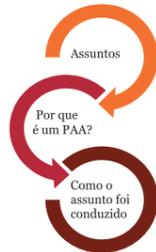
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(b) e 7, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis. Consideramos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações e reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.
- Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado e com os requerimentos das normas do BACEN. Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
Nossa auditoria da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2021.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por três membros, todos eles diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2020, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu

monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 23 de março de 2021.